

Por Iracema Dantas

# Givânia Silva



MARQUES CASARA

Vereadora exercendo o segundo mandato pelo Partido dos Trabalhadores, em Salgueiro, sertão de Pernambuco, Givânia Silva, 37 anos, traz na sua trajetória pessoal a história da reconstrução da identidade de um povo – um povo quilombola. Nascida em Conceição das Crioulas, distante 50 km da cidade de Salgueiro, Givânia é referência para os(as) jovens que despertam para o exercício da cidadania. Para ela, a luta pela terra e a preservação do meio ambiente não podem estar distante da luta pela cidadania: “Enquanto algumas pessoas estão preocupadas com esse ou aquele animal que

está em extinção, e nós também nos preocupamos com isso, estamos preocupadas com as pessoas que estão em extinção. O meio ambiente para nós não é descolado das pessoas, é a natureza com as pessoas dentro. Não adianta deixar o animal se a pessoa não puder mais existir”. Além de professora, formada em Letras, Givânia é uma política bastante atuante dentro e fora do estado de Pernambuco. É a única mulher, a única negra e a única pessoa de origem pobre eleita vereadora em sua cidade. Nesta entrevista à *Democracia Viva*, conta sua luta pessoal e o caminho percorrido até a atual consolidação do movimento quilombola e a criação da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), em 2000.

***Democracia Viva – Qual a origem de Conceição das Crioulas?***

Givânia– Não temos registros escritos, mas a história oral nos diz que Conceição surge a partir de um grupo de seis mulheres negras que por lá fixaram residência. Na época, era bastante forte na região o plantio do algodão e elas seguiram essa tradição. Com a venda de rendas e do fio de algodão, tornaram-se donas da terra. As pessoas mais velhas dizem que o documento dessa terra data do ano de 1802. Acreditamos que as mulheres chegaram 40 a 50 anos antes.

***Democracia Viva – E como surgiu esse nome?***

Givânia– Mais uma vez, só temos a história oral. Pelo que sabemos, depois da chegada das mulheres, veio um homem que trouxe uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Então, fizeram uma promessa: caso se tornassem donas daquelas terras, construiriam a capela para Nossa Senhora da Conceição. Não sabemos a data exata da construção dessa capela, mas foi por causa dela que temos o nome de Conceição das Crioulas, na verdade um distrito da cidade de Salgueiro. A construção foi um marco da conquista da terra.

***Democracia Viva – Sua trajetória é bastante incomum para uma mulher negra, do interior de Pernambuco. Você cursou o ensino superior e é uma vereadora muito atuante. Pode contar um pouco da sua história?***

Givânia– Nasci em Conceição e fui a primeira mulher a chegar à universidade. Eu me formei em Letras, em 1996. Até o início da década de 90, normalmente as pessoas só estudavam até a quarta série. Para dar continuidade aos estudos, era preciso ir para a cidade e não tínhamos transporte regular. Algumas meninas até tentavam estudar na cidade, mas havia resistência por parte dos pais porque muitas acabavam sendo domésticas nas casas

das famílias brancas. Meu pai, que é agricultor, era um dos mais resistentes. Ele achava que, ao ir morar numa casa de família branca, poderia acabar grávida e não estudar.

Já minha mãe pensava ao contrário, ela achava que, se fosse para engravidar, isso aconteceria em qualquer lugar, não era estudando fora, saindo de casa que isso iria acontecer. Ela é artesã e trabalhava com cerâmica. Era com esse recurso que ela comprava material para a gente estudar. Ela sempre defendeu que precisávamos estudar e sabia que esse era o meu sonho. Enquanto as meninas se animavam quando começavam a trabalhar com a agricultura, eu lamentava cada vez que ia para a roça. Isso me causava um sofrimento enorme, eu queria estudar, queria ir para a cidade, e meu pai não deixava porque dizia que a gente tinha que trabalhar para comprar uma casa.

***Democracia Viva – Você tem irmãos e irmãs? Alguém seguiu uma trajetória semelhante a sua? Você tem filhos?***

Givânia– Tenho três irmãs e três irmãos. Quem não pôde estudar na época está estudando agora, mesmo com idade mais avançada. Não tenho filhos, mas tem uma carrada de gente de que eu cuido, são filhos dos outros. Meu filho é o trabalho.

***Democracia Viva – Foi sua mãe que incentivou seu estudo?***

Givânia– Sim. Quando eu tinha 16 anos, surgiu a minha grande oportunidade. Uma funcionária da Secretaria de Educação foi lá em casa comprar artesanato, e a mamãe contou que meu sonho era estudar. Essa funcionária disse: "Realmente, é muito complicado levar uma pessoa para casa de uma família. Mas existe um programa na prefeitura em que ela podia tentar ingressar. Como contrapartida, vai ter que dar aula para crianças. Se ela passar num teste, será aceita". Eu fui, fiz o teste, passei.

**Democracia Viva – Assim você iniciou seu trabalho como professora?**

Givânia – Sim, de 1984 a 1986 fiquei nesse programa da prefeitura de Salgueiro. De segunda a quinta-feira, eu dava aula. Na sexta e no sábado, estudava em horário integral. Quando terminei o que correspondia à oitava série, recebi o convite para continuar e fazer o segundo grau. Em seguida, em 1989, houve o primeiro concurso para a rede municipal de ensino. Resolvi fazer o concurso e fui aprovada, tornando-me efetiva no quadro de professores. Paralelo a isso, eu já atuava, estava bem engajada na Pastoral da Juventude, nas comunidades eclesiais de base. Trabalhava até sexta-feira; aos sábados e domingos, eu ia para as comunidades, reunia e animava os jovens para os encontros.

Em 1991, tirei uma licença sem vencimentos porque minha situação estava insustentável. Não era admissível que uma professora da rede municipal fizesse o que eu estava fazendo: questionando a distribuição de merenda, debatendo os salários, discutindo as necessidades da comunidade... O povo começava a se organizar para vir

para a cidade reivindicar carro-pipa, construção de estrada. E eu era servidora do município... Licenciada, fui trabalhar em um programa da Igreja Católica.

**Democracia Viva – E como era esse trabalho?**

Givânia – Era um projeto financiado pela Misereor [agência de financiamento], da Alemanha, e tinha bastante recurso. Recebia salário, que não era ruim, e tinha boas condições

de trabalho, inclusive dinheiro para viagens. Essa experiência me abriu novos horizontes. Meu trabalho era na Pastoral da Juventude, eu era liberada só para fazer articulações pelos municípios do sertão. Minha formação na Igreja Católica foi toda na linha do grupo que discutia política, as comunidades eclesiais de base eram um campo de debates, a Pastoral da Juventude era muito forte. Resolvi prestar vestibular e passei, comecei a faculdade enquanto trabalhava na Igreja.

**Democracia Viva – Esse seu envolvimento já se refletia na sua comunidade?**

Givânia – No começo de 1992, foi quebrada a primeira corrente em Conceição. Uma família tradicional, ligada ao PFL [Partido da Frente Liberal], administrava a cidade de Salgueiro desde sempre e nem se preocupava em fazer campanha eleitoral. Para surpresa geral, um candidato da família perdeu pela primeira vez em toda a história de Salgueiro. Conseguimos eleger como prefeita uma professora da base da Igreja, catequista, coordenadora desse nosso movimento. O normal, até então, era que votássemos em quem o fazendeiro da região mandasse. Meu pai dizia que, se o fazendeiro votasse no cachorro, ele também votaria. Não precisava pregar um papel de propaganda, fazer comício, nada. Em 1993, eu já estava em Salgueiro fazendo faculdade e me tornava bastante conhecida na região. Foi justamente nessa época que os conflitos começaram; fui ameaçada de morte pela primeira vez. Eu era uma professorinha de 25 anos de idade.

**Democracia Viva – O que representou essa mudança no cenário político?**

Givânia – Quando quebramos a oligarquia da cidade, disse à professora que a única coisa que eu queria era a construção de uma escola de quinta a oitava série em Conceição. Não queria nem voltar a ser funcionária do município, queria apenas que a nova administração olhasse para Conceição de forma diferenciada. Em 1995, a escola ficou pronta, e eu continuava a trabalhar na Igreja. A prefeita dizia para mim: "Discuta com a comunidade o nome da escola".

Foi nesse processo que começamos a discutir a história de Conceição por um olhar étnico. Nós nos perguntávamos se éramos todos negros. Começamos a assumir a nossa identidade, a nos assumir negros; até então todo mundo era moreno, eu inclusive. Demos

No começo de 1992, foi quebrada a primeira corrente em Conceição. Conseguimos eleger como prefeita uma professora da base da Igreja, coordenadora do nosso movimento

à escola o nome de um professor que nem era da rede municipal nem do estado, mas era a pessoa que sabia ler na comunidade. Por isso, era tido como professor e era descendente direto das negras fundadoras. Depois de resolver essa etapa, veio um novo desafio. A prefeita me disse: "Se a escola é para ser um apoio à comunidade, para dar continuidade a esse trabalho que vocês fazem lá, a diretora não pode ser de fora. Você deve retornar para o município e ser diretora da escola".

Eu ganhava três salários mínimos e passaria a ganhar um salário e meio, com a gratificação de diretora. Já no dia seguinte – acho que por amar muito o que faço, quando decido, decido de vez –, pedi demissão do projeto da Igreja. Meus amigos acharam que eu estava louca, faltava pouco para eu me formar na faculdade. Eu disse: "Não vou abandonar a faculdade, vou freqüentar as aulas pelo menos três dias por semana". Pedi demissão e fui tomar conta da escola.

**Democracia Viva** – Como foi esse retorno à sala de aula?

Givânia – Foi uma experiência maravilhosa. Consegui, com ajuda da Pastoral, selecionar professores que se afinavam com nossas idéias. Cheguei para eles no primeiro dia e disse: "Eu não sei ser diretora, nunca dirigi nada, nem minha casa". As pessoas não acreditavam... Construímos essa escola juntos. Nos dois anos em que fiquei como diretora, em 1995 e 1996, a escola apareceu em uma pesquisa sobre educação e pobreza como uma das melhores propostas de educação da zona rural. Foi uma festa! A escola se firmou ainda mais. Antes de estudar qualquer coisa que estivesse nos livros didáticos, tinha que estudar primeiro sobre Conceição. Em 1996, já estava no PT e me candidatei pela primeira vez. Fui vitoriosa pela manhã e, de noite, já não estava mais eleita.

**Democracia Viva** – Como foi isso?

Givânia – Fui eleita, mas o voto ainda era no papel... Foi uma grande surpresa, eu não tinha nem material, tinha saído candidata apenas pela conjuntura. Na minha cabeça, eu no máximo iria somar voto para outra pessoa se eleger e eu voltaria para a escola para fazer o que gosto. No dia seguinte à eleição, pela manhã, por um voto eu fiquei como suplente. Resumindo a história: na contagem final eu não estava eleita por um voto! A professora que era prefeita também não fez o sucessor.

A nova administração demitiu todo mundo que trabalhava comigo na escola; eram contratados. Só ficou a merendeira,

ninguém mais. Pior: colocaram no lugar dos antigos professores, os brancos, as filhas dos fazendeiros. Foi uma ocupação. Numa comunidade negra, numa escola de negros, não tinha um professor negro. Como eu era concursada, me jogaram para a periferia. Continuei dando aula normalmente, fazendo o melhor que podia. Às sextas-feiras, eu voltava para Conceição, continuando o trabalho, não mais dentro da escola, mas do mesmo jeito.

**Democracia**

**Viva** –

**Quando você se candidatou novamente?**

Givânia – Em 2000. Minha candidatura já era natural, meu nome estava consolidado na cidade, a discussão do Movimento Nacional das Comunidades Quilombolas virou uma referência. Não entendia muito de comunicação, como ainda não entendo, mas fizemos uma campanha do "só faltou seu voto". Com esse *slogan*, eu me elegi vereadora, sem nada, sem um centavo. Eu estava há seis meses sem receber salário. Contrariando todo mundo, dentro e fora do grupo, fui a segunda mais votada.

**Democracia**

**Viva** – **Você se candidatou também em 2004?**

Givânia – Em 2004, eu me reelegi também sem grana, sem nada. Minha cabeça não consegue admitir algumas coisas, por isso é muito difícil para mim. Minha campanha sou eu, Deus e algumas pessoas que acreditam em mim. Ou esse mundo da política tem que melhorar, ou não é meu mundo. Não sei, alguma coisa está errada nesse casamento. Ou eu estou errada, ou o mundo está muito distorcido.

Nos dois anos em que fiquei como diretora, em 1995 e 1996, a escola apareceu em uma pesquisa sobre educação e pobreza como uma das melhores propostas de educação da zona rural. A escola se firmou ainda mais

**Democracia Viva – Refere-se à falta de apoio político dentro do seu partido?**

Givânia – Não é bem isso. Por causa do acirramento dos conflitos e da visibilidade que temos tido, o partido até tem apoiado bastante. O partido sabe que quem está falando por Conceição não é mais nenhum fazendeiro. Todo o processo que vivemos hoje não é só a questão da terra, tem um recheio político muito forte, de manutenção desse espaço comum,

um espaço político-eleitoral de poder. A terra, como meio de produção, é o que menos importa para esses fazendeiros. O que importa é a propriedade da terra, o poder que significa estar ali naquele meio. A questão é que não concordo com alguns acordos que são feitos para garantir recursos para a campanha. Fiz minha campanha de moto-táxi, a pé, do jeito que dava...

Outro ponto de tensão é quanto a alianças políticas. Havia uma possibilidade de aliança com a qual não concordava, que tinha fazendeiro no meio. Eu briguei dentro do partido, não é que não admitisse, mas defendi minha posição e acabei tendo o maior apoio dentro do partido. Isso trouxe, de certa forma,

um problema: o outro grupo tinha muito dinheiro, e algumas pessoas do partido entendiam que era importante ter o dinheiro para fazer a campanha. Eu entendia de forma diferente: se o povo me quisesse novamente na Câmara, iria votar; se não votasse, paciência, eu iria continuar meu trabalho do mesmo jeito. Sem contar também que se trata de um partido de cidade pequena, as pessoas querem ajudar, mas não têm como. Por parte de

A AQCC surgiu num momento maravilhoso, quando a gente começou a discutir de forma mais forte a questão da posse da terra. Era mais um modelo de instrumento que articulava todas as comunidades

quem tem dinheiro, não vem nenhuma possibilidade de aposta porque quem tem dinheiro quer lutar por outras coisas. É muito difícil, é uma experiência que cada pessoa tinha que viver para saber o que é: se manter numa postura de não se distanciar daquilo que acredita.

**Democracia Viva – A AQCC também surgiu em 2000?**

Givânia – Sim, a AQCC surgiu num momento maravilhoso, quando a gente começou a discutir de forma mais forte a questão da posse da terra. Pelo instrumento do governo, a terra seria titulada em nome de uma organização. Só que a gente já tinha começado um processo de interação com todas as comunidades. Já que as comunidades eclesiais de base já não mobilizavam, as associações estavam cada uma em seu canto, 30 famílias, 25 famílias, começávamos a discutir uma estratégia de interação entre essas associações. Aí surgiu essa história, e nós só consolidamos um processo que já vínhamos discutindo, que era ter um instrumento que não substituiria as associações que já estavam lá e, ao mesmo tempo, pudesse interagir em todo o território, que não é pequeno. Era mais uma articulação, um modelo de instrumento que articulava todas, garantindo as especificidades locais, porque existem comunidades que estão a 22 km, a 34 km das outras. Como isso se daria pensando em um território? A gente nem chamava de território, mas como a gente pensava isso? A AQCC surgiu nesse contexto. Assim, surgiu essa história que terminou empurrando para tal modelo que seria uma associação. Até então, não tínhamos clareza do que seria, discutíamos, começávamos a construir nesse rumo. A AQCC surgiu em 2000, exatamente quando a comunidade seria titulada. A gente entendia que esse instrumento era bastante forte – como é –, mas era preciso que a gente não só criasse mais uma associação para ficar lá, mas era importante pensar a comunidade. Nesse mesmo ano, elaboramos um plano de desenvolvimento sustentável da comunidade, em que a AQCC assume várias tarefas.

**Democracia Viva – A AQCC é composta por pessoas de diferentes associações?**

Givânia – Sim. A coordenadora-geral é de uma associação, o secretário já é de outra. Na prática, a AQCC atua através de comissões. As comissões são: Juventude, que é a mais nova, Educação, Comunicação, Saúde, Meio Ambiente, Patrimônio e Geração de Renda. Acharmos que ainda precisamos avaliar e estudar mais esse

modelo, de forma que se torne mais operativo, mas não passa pelas nossas cabeças uma nova mudança de perfil ou estrutura.

A mudança que houve foi no estatuto, em 2004. Revisamos a missão, que antes era garantir a posse da terra para os moradores de Conceição; hoje, a missão é muito mais ampla, definimos nossos valores, nossas crenças. A AQCC luta pelo desenvolvimento da comunidade, levando em conta sua realidade e sua história, a valorização das suas potencialidades, a conscientização do povo negro da sua importância para construção de uma sociedade justa e igualitária.

**Democracia Viva – Por que apenas a questão étnica está explícita?**

**Por que não a questão das mulheres?**

Givânia – Quando discutimos a revisão do estatuto, o mais forte foi mesmo a questão do território. Debates muito o papel da AQCC para promover o desenvolvimento e fortalecer a identidade étnica. Creio que a questão das mulheres é tão natural que não tínhamos sentido falta disso, na prática. Algumas discussões em torno da questão de gênero em Conceição foram tão longe que hoje os meninos é que reivindicam ampliar as discussões sobre garantir os direitos dos homens! De qualquer forma, acho que a pergunta deve ser debatida coletivamente. Vou levar essa inquietação para discutir em Conceição.

**Democracia Viva – E quais são os maiores desafios atualmente para as mulheres de Conceição?**

Givânia – Um desafio que envolve as mulheres – mas também toda a comunidade – é uma campanha para recuperar o maior prejuízo que já tivemos: a questão do estudo. Hoje temos muitas mulheres de 40, 50, 60 anos que estão retornando para a escola. Outro desafio para as mulheres – que mais uma vez é de todos – é nos mantermos lá. Isso significa não só a permanência na terra, mas as condições dessa permanência.

É importante entender que em Conceição não temos ações sistematizadas exclusivas das mulheres. O que temos é essa liderança natural. Mesmo no caso do artesanato, que tem mais mulheres participando, também temos artesãos. Nossa metodologia – nossa tradição, jeito, cultura – nos tem feito caminhar juntos, homens e mulheres. A liderança feminina em Conceição é muito natural e não incomoda mais. Ao contrário, estamos lá e temos lideranças masculinas maravilhosas, importantes.

Mas faz parte da nossa tradição as mulheres serem muito fortes, o próprio nome nos dá esse *status* de fortaleza.

O que não fizemos ainda – e precisamos fazer – é um debate de forma sistemática sobre questões de gênero. Sempre discutimos a saúde, a educação, a geração de renda etc. Acho que, por isso, esse recorte específico para a questão das mulheres acaba não acontecendo. Mesmo conhecendo as diferenças nos indicadores entre homens e mulheres de maneira geral, temos muito essa coisa do global, do conjunto. Estamos lutando juntos, mas sabemos que a voz de Conceição sai muito mais pela mulher que pelo homem.

**Democracia Viva – Qual é o percentual de homens e mulheres na comunidade?**

Givânia – Não temos essas informações, mas creio que as mulheres são em maior número. Mas, quanto às lideranças da comunidade, a maioria é mulher.

**Democracia Viva – Quantas pessoas vivem do artesanato em Conceição das Crioulas?**

**Essa é a principal fonte de renda da comunidade? Quais os significados dessa atividade?**

Givânia – Essa não é apenas a nossa principal fonte de renda, é a principal fonte de renda, de resistência e de existência. As pessoas fazem artesanato, mas também plantam milho, feijão e batata e criam galinhas e algumas cabras. O artesanato é uma das possibilidades. O artesanato é muito forte porque carrega a marca e a história da comunidade, é

Um desafio que envolve as mulheres é uma campanha para recuperar o maior prejuízo que já tivemos: a questão do estudo. Hoje, muitas mulheres de 40, 50, 60 anos estão retornando para a escola

por isso que é a principal, mas não necessariamente em termos financeiros. É mais do que a questão financeira, existem esses outros significados. No início, quem trabalhava com o caroá era apenas uma pessoa, a Júlia, que virou uma das nossas "bonecas". Antes de morrer, ela teve a felicidade de ver tudo isso, ver aquele caroazinho, que ela só fazia um saco para guardar milho, transformado em uma boneca ou em uma bolsa maravilhosa. Hoje, as filhas dela estão no artesanato, além de outras cem

pessoas. Às vezes, quando as vendas melhoram, o grupo aumenta; quando fica bastante tempo sem vender, algumas pessoas saem para cuidar da roça, depois voltam.

**Democracia Viva**  
— Quantos modelos de bonecas vocês fazem?

**Givânia** — São dez, todas com nome e com história. A boneca nunca é vendida separadamente. A história é o mais importante. Já estamos em um segundo modelo de embalagem, sempre com o nome de uma mulher da comunidade e com informações sobre ela e sobre Conceição. Uma delas é Francisca Ferreira, umas das primeiras negras que chegaram à comunidade. Ainda não é suficientemente rentável para vi-

ver só do artesanato. Para produzir as bonecas e continuar tendo acesso ao caroá, é fundamental que a questão da terra esteja totalmente resolvida.

**Democracia Viva** — Como a AQCC tem atuado em relação ao meio ambiente?

**Givânia** — Se tem alguma preocupação com a preservação do meio ambiente, de cuidado com a natureza, é porque as comunida-

des indígenas e quilombolas ainda estão naquela região. Temos um pertencimento muito grande da terra, mas existem coisas que precisamos debater mais. A questão é muito profunda; meio ambiente sou eu, é você, é uma planta. Enquanto algumas pessoas estão preocupadas com esse ou aquele animal que está em extinção, e nós também nos preocupamos com isso, estamos preocupadas com as pessoas que também estão em extinção. O meio ambiente para nós não é descolado das pessoas, é a natureza com as pessoas dentro. Não adianta deixar o animal se a pessoa não puder mais existir.

**Democracia Viva** — Qual sua opinião sobre a transposição do Rio São Francisco?

**Givânia** — Prefiro acreditar que a transposição pode ser benéfica para o Nordeste. Essa é uma decisão política que já foi tomada, vai acontecer. Só não sei qual será a real contribuição para a vida das pessoas. O que sei é que a transposição não é e nem será a solução definitiva para a seca. A transposição tem que ser vista como uma obra que vai ajudar certos setores, mas que pode causar outros problemas. Não podemos achar que os pobres estão todos agrupados em tal lugar e que o canal vai passar e resolver tudo. Não é assim, na nossa lógica do sertão não é assim. Não é porque chegou água em uma roça que as pessoas da região podem ir trabalhar lá. Essa é a cultura da terra. Se a transposição passasse dentro de Conceição, por exemplo, seria muita confusão, porque essa água seria entendida como sendo de quem mora ali. No sertão, a lógica da água é outra...

**Democracia Viva** — Em que se diferencia a luta pela terra feita pelo movimento quilombola da luta feita pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?

**Givânia** — Na nossa perspectiva, quando discutimos terra, estamos discutindo território. O que é uma terra para um assentado e o que é uma terra para um quilombola? Pela ótica da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], do MST e de outros movimentos que legitimamente lutam pela questão da terra, o que se quer é que a terra seja produtiva. Para nós, as nossas terras não são as melhores terras, mas nós queremos aquela terra porque há, entre nós e a terra, um sentimento de pertencimento. Quando falamos de território, parece que algumas

Prefiro acreditar que a transposição pode ser benéfica para o Nordeste. Essa é uma decisão política que já foi tomada. Só não sei qual será a real contribuição para as pessoas. O que sei é que não é solução para a seca

peças não compreendem que estamos falando de terra. Dentro da terra, existem as pessoas, a escola que queremos que seja afinada com a história da comunidade, com a história do povo negro. Precisamos pensar que a saúde tem de refletir as doenças que são específicas do nosso povo, o que significam os valores e os saberes populares e tradicionais da comunidade, as benzedeadas, os chás, as medicações alternativas, os remédios que as mulheres fazem, as pessoas que rezam e curam, que não são curandeadas, mas são benzedeadas. Queremos muito mais do que o acesso a uma terra improdutiva que está nas mãos de um fazendeiro. Temos um pertencimento, uma relação de cumplicidade, é a terra onde meu bisavô nasceu, onde minha avó nasceu. Minha mãe é ceramista porque a avó dela também era. Cuidar da cerâmica não é só gerar renda, mas é também manter a história da comunidade viva. São esses aspectos que os movimentos que a gente citou não têm.

*Democracia Viva* – O

pertencimento a que você se refere se dá por outros valores que não estão relacionados só à produção. Essa é a contribuição do movimento quilombola para o debate sobre questão agrária?

Givânia – Para nós, a terra não só produz milho, feijão, batata, cenoura, tomate etc. Ela produz sentimento, produz história, produz cultura, saberes, muita coisa mesmo. São legítimos todos os movimentos que defendem e lutam pelo acesso à terra, mas não é o suficiente para nós. Se o governo diz: "Aqui está complicado por causa dos fazendeiros, mas existe uma área ali que é boa, tem água e vai dar tudo certo", não aceitamos. Não vai dar certo porque nesse local tem muita coisa a ser vivida, é nesse local que queremos produzir. É por isso que até investimos em outras coisas, porque percebemos que só milho, feijão e tomate, se existisse água, não segurariam, não dariam sustentabilidade à comunidade. Este para nós tem sido o grande desafio: pautar esse tema pelo olhar de pertencimento. O aparelho de Estado está pronto para fazer a distribuição de terra a partir de uma área que será loteada por famílias. No nosso caso, não só existe um território comum, mas sim uma individualidade lá dentro. Não pense que a roça de Maria é a mesma que a minha, não. Eu tenho a minha roça, Maria tem a dela. Mas o nosso território é maior do que isso.

*Democracia Viva* – Não seria uma questão para debater com outros movimentos, além do governo?

Givânia – Mas os outros movimentos pensam de forma diferente. O interessante é como garantir a união dessas lutas sem perder a identidade: não só eles, que têm uma construção diferente da nossa, mas também nós, que temos nossa identidade quilombola. É um entendimento de cada um olhar de um jeito, os princípios são comuns, caminhamos para o mesmo lugar, mas ora eles podem ir na estrada asfaltada e nós na estrada de chão, ora nós vamos numa bicicleta, e eles, num jumento. Enfim, os meios podem ser diferentes, mas estamos caminhando para um lugar só, para essa transformação. O certo para mim é que o governo tem que fazer a reforma agrária. Mas a reforma agrária a partir do pensamento do MST é uma; do pensamento da Contag é mais parecido com a do MST; das comunidades indígenas e quilombolas é completamente diferente, mas é uma reforma agrária. O modelo que está aí não cabe às comunidades quilombolas, portanto temos que ter um modelo de distribuição de terra para quem quer a terra para produzir milho, feijão, uma casa para morar e temos que distribuir terra para aqueles que estão lá há 300 anos e tiveram suas terras invadidas. No nosso caso, foi um movimento contrário: ocuparam as nossas terras. E não fomos só invadidos, não levaram só as terras, levaram a liberdade das pessoas, escravizaram as pessoas que lutaram mais de 200 anos por liberdade, e hoje ainda há restos dessa escravidão.

Para nós, terra  
não só produz  
milho, feijão,  
batata, tomate,  
cenoura etc.  
Produz sentimento,  
história, cultura,  
saberes, muita  
coisa mesmo. São  
legítimos os  
movimentos que  
defendem e lutam  
pelo acesso à terra



**Democracia Viva – Qual a relação da AQCC com a Conaq [Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas] e com o movimento negro?**

Givânia – Estamos na Conaq, foi uma das coisas que ajudamos a articular em 1995. Por sermos secretaria executiva, representamos Pernambuco na Conaq. Com o movimento negro, temos algumas articulações também

por meio da Conaq. Em Pernambuco, o movimento negro é menos intenso, das algumas dificuldades que enfrentou, está em um processo de reestruturação. Entendemos que temos uma pauta comum: o combate ao racismo. Mas também com olhares diferentes. Nosso discurso é o combate ao racismo, mas o que é combater o racismo para uma pessoa urbana e o que é combater o racismo para nós que vivemos na zona rural?

**Democracia Viva – Como é a aproximação com o movimento de mulheres? O fato de estar na zona rural limita o entrosamento com outros movimentos?**

Givânia – Limita muito. A distância, as nossas condições e a nossa estrutura se transformam em algumas dificuldades de participação. Com a Internet, podemos acompanhar o debate um pouco melhor. Mesmo assim, um intercâmbio freqüente com o movimento feminista continua sendo difícil. Em relação à Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, até tivemos uma avanço. Atualmente, a Conaq faz parte da Articulação,

mesmo não sendo um movimento só de mulheres. Isso ocorreu porque, na Articulação, não existia a representação da mulher negra rural.

**Democracia Viva – A cidade de Salgueiro ainda vive em conflito? Não conseguiram ainda a regularização da terra, não é?**

Givânia – Sim, ainda temos conflitos. O território já foi reconhecido, foi identificado. Existe um documento da Fundação Cultural Palmares reconhecendo Conceição das Crioulas como território quilombola. O que falta é o processo de desintrusão, ou seja, levantar o que os fazendeiros construíram de bens e indenizá-los para que possam sair do território.

**Democracia Viva – Vocês sofrem ameaças?**

Givânia – Estamos sendo ameaçados desde muito tempo. Ameaça de morte é uma coisa já corriqueira. Os conflitos se intensificaram bastante não só entre as lideranças mais velhas, recentemente tiveram investidas muito fortes contra a juventude, o que nos deixou bastante preocupados porque os jovens têm outro temperamento, isso foi este ano.

**Democracia Viva – Há muitas lideranças ameaçadas?**

Givânia – Que tenham recebido ameaças, direta ou indiretamente, são cerca de 15 pessoas. A gente tem tentado publicizar isso ao máximo, mas não existe um esquema de segurança. Eu hoje, por exemplo, tenho limitações. Nem sempre posso ir aonde quero; antes, eu andava de moto, já não vou mais. Eu ia para Conceição em qualquer caminhão de feira, hoje não posso mais. Na minha cabeça, isso é também uma forma de escravidão, não consigo lidar muito com isso. Por exemplo, houve uma festa de conclusão de curso na comunidade, e eu recebi uma recomendação da própria polícia de não ir, porque era uma festa grande no meio da rua, não havia controle. Foi muito difícil não estar lá naquele momento, é complicado explicar. Ao mesmo tempo, há uma sensação de "o que eu fiz, por que isso?".

Às vezes me sinto triste, depois me animo porque sei que só está acontecendo tudo isso porque nosso povo despertou, porque não queremos mais concordar com o que foi feito contra nós a vida toda. Se a gente estivesse concordando, estaria tudo bem. Não teria conflito.

Às vezes me sinto triste, mas sei que só está acontecendo tudo isso porque não queremos mais concordar com o que foi feito contra nós a vida toda. Se a gente estivesse concordando, não teria conflito

**Democracia Viva – Os dados recentes que o governo federal informou dão conta da existência de cerca de 2 mil comunidades quilombolas. Esse número está perto do real? Como vivem essas comunidades?**

**Givânia** – Na verdade, os dados da Conaq mostram que são cerca de 4 mil comunidades, o dobro do que o governo fala. Só no estado do Maranhão foram identificadas cerca de 700 comunidades. Há cinco anos, se dizia que havia quatro comunidades quilombolas em Pernambuco; hoje sabemos que são cerca de 60.

Um problema comum é a questão da terra, a questão das políticas públicas, saúde e educação se constitui em um elemento. Enquanto nós, de Conceição, estamos discutindo de forma ampla e profunda a proposta de educação diferenciada em território, com possibilidade de até o fim do ano sistematizar isso, existem comunidades que ainda estão brigando para que a escola seja feita. São estágios diversos. Estive recentemente no Maranhão e percebo que há muito para ser feito. Mesmo em estados com um nível de vida diferenciado, com renda maior, com visibilidade maior, como o próprio Rio de Janeiro e São Paulo, a situação das comunidades não é melhor. Conceição significa hoje uma das comunidades que ousadamente podem ser consideradas bem-sucedidas, apesar de tudo isso.

**Democracia Viva – Então o avanço das políticas sociais com relação aos territórios quilombolas está relacionado com o nível de organização política?**

**Givânia** – Tem tudo a ver. Se a comunidade, localmente, não tiver um debate, os prefeitos dizem que elas nem existem, são apenas negros rurais, elas não se constituem como elementos políticos, como segmento, como força, como grupo étnico. É claro que em algumas administrações isso é mais fácil de negociar. Uma situação assim não acontece com Conceição sem que pelo menos a gente discuta antes, se não pudermos barrar algo que não queremos, vamos pelo menos discutir algumas mudanças. Em outras comunidades, não é a mesma coisa porque as pessoas não estão no mesmo nível de organização. Os recursos passam pelos municípios e há uma tendência muito grande de invisibilidade dessas comunidades por parte das prefeituras.

Por outro lado, está ocorrendo um movimento contrário agora. Algumas prefeituras têm procurado comunidades quilombolas porque sabem que existe dinheiro no governo federal

para investir nessas áreas. Por exemplo, há uma norma no Ministério da Saúde que diz que as equipes de saúde da família que atuam em comunidades quilombolas têm 40% de incentivo; então, o médico, a enfermeira e toda a equipe que estiver lotada em uma comunidade quilombola vão receber 40% a mais que os profissionais que trabalham em outras áreas. Há uma corrida das prefeituras para garantir esses recursos. Precisamos fazer um debate dentro da Conaq para fazer valer nosso direito. O município que receber esse recurso vai ter que aplicar onde realmente deve. Mas tudo isso tem muito a ver com a forma como a comunidade está organizada, com a forma como as forças políticas se dão.

**Democracia Viva – Conceição das Crioulas é a maior comunidade quilombola de Pernambuco?**

**Givânia** – Sim, temos 3.700 pessoas na comunidade, não é uma comunidade pequena. Aqui em Pernambuco e no Brasil, em alguns campos, nós somos referência. Por exemplo, nessa temática da educação, somos a comunidade quilombola com maior acúmulo. Isso é um processo que vem se construindo há dez anos. A gente, que vem de uma cultura de base, discute e faz muito. Mas não temos tudo pronto, é preciso paciência. É claro que precisamos vencer isso, é um desafio porque muito tem sido feito. Nós acumulamos bastante coisa sobre essa temática, mas não é a realidade geral.

**Democracia Viva – A AQCC está articulada com a Conferência Nacional sobre Igualdade Racial?**

**Givânia** – Sim, nós não só ajudamos a co-ordenar o processo da conferência regional, que aconteceu na nossa cidade. Mas também o que queremos é levar para a conferência estadual a afirmação de que promoção da igualdade racial é, para os quilombolas, antes de qualquer coisa, o direito à posse da terra, isso é promoção da igualdade racial. Essa questão da posse da terra vai aparecer bastante forte, dada a conjuntura. Também vamos estar numa consulta que acontecerá em Brasília que vai eleger um percentual de delegados para a conferência nacional e devem acontecer outros debates por lá.

**Democracia Viva – Você tem acompanhado o debate sobre cotas nas universidades públicas? Qual é a sua opinião?**

**Givânia** – Tenho acompanhado como parte interessada. Aqui, o debate não tem a mesma intensidade que no Sudeste. Por outro lado, digo que ainda não estamos discutindo cotas

porque o debate é sobre cotas nas universidades e ainda estamos brigando para fazer escolas nas comunidades, estamos realmente em níveis diferenciados. Conceição hoje pode dizer que vai brigar por cotas nas universidades porque já tem alunos para isso. Mas é uma realidade apenas de Conceição. No Maranhão, por exemplo, as comunidades ainda estão muito mais distantes das cidades e dessa realidade.

Pessoalmente, falando como negra, acho que é uma política imediata, não pode se constituir em uma política definitiva, mas neste momento é estratégica, temos que apostar. Se o acesso à educação for no ritmo que vai, a gente não consegue chegar. Mas defendo as cotas como parte de um processo de transição. Melhorar a escola pública é o que nos interessa, porque aí vai sim melhorar a vida dos negros e a educação para a população negra. Chegará um momento em que nós mesmos vamos dizer: "Bem, não quero mais cota, não". Mas isso vai levar muitos anos. Como quilombola, posso dizer que o movimento quilombola ainda não debateu o suficiente sobre cotas.

#### **Democracia Viva – Como você avalia o processo Fórum Social Mundial?**

**Givânia** – Participamos do Fórum Social Nordestino, em 2004, em Recife, de uma forma um pouco complicada. A distância prejudicou nossa participação. Para vir à cidade, precisamos ter R\$ 300, é o mínimo para pagar a passagem, hospedagem. Não tínhamos dinheiro para ir às reuniões preparatórias, acompanhamos o processo por *e-mail*, e isso termina prejudicando um pouco. Mas pautamos a nossa temática. Nós nos mobilizamos para que outras comunidades também participassem, conseguimos ter representações das cinco regiões, mas não foi uma presença maciça. Entendemos que nosso fortalecimento depende também da presença em encontros desse tipo.

Em relação ao Fórum Social Mundial, só não fui ao da Índia e ao primeiro em Porto Alegre. Lá fizemos várias atividades da Conaq, discutimos a questão da regularização fundiária das terras de quilombo em parceria com o Cori, com a Rede Social de Defesa dos Direitos Humanos e o Instituto Pólis. Mas também participamos de outras ações, como o Fórum Mundial pela Dignidade Humana. Tive o privilégio de dividir a mesa com uma pessoa que tem muito a ver com minha história de formação de igreja: Leo-

nardo Boff. Meus olhos brilharam quando lhe disse que, mesmo que não soubesse, ele tinha muito a ver comigo, com a minha formação. Essa foi uma indicação da Articulação de ONGs de Mulheres Negras para participarmos desse fórum, e junto com a Articulação coordenamos uma ação para os parlamentares, foi bacana, aconteceu lá na Assembléia Legislativa de Porto Alegre. Coordenamos uma mesa, lançamos um material da Articulação.

Foi uma experiência muito interessante, muito importante. Só acho que o Fórum é muito grande. Claro que a diversidade tem que ser garantida, mas receio que a gente discuta muita coisa e não consiga alinhar aquelas discussões com o objetivo do Fórum. Tenho medo de que isso não aconteça.

#### **Democracia Viva – E qual a contribuição do movimento quilombola para a construção de um outro mundo possível?**

**Givânia** – Normalmente, as pessoas nos procuram e dizem: "Ah, tem comunidade quilombola?". Primeiro, é um suspense para perguntar se tem, depois também tem uma coisa que é interessante, a nossa visão sobre esse tema. A gente tem contribuído muito para esse debate. Se hoje o governo afirma e várias organizações estão concorrendo para trabalhar com os movimentos quilombolas, com as comunidades quilombolas, o governo principalmente, foi a Conaq que levou para dentro do governo essa temática. O desenho não está bom, a execução, muito pior. Mas seria impossível discutir comunidade quilombola no Ministério do Trabalho, no interior de todos os ministérios, se a gente não tivesse feito uma pressão e tivesse ido na construção do GTI. Claro que tem a determinação, tem a criação da Seppir [Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], mas a própria criação da secretaria já nasce com o apoio da Conaq. Temos críticas, mas é esse debate que estamos pautando, que temos levado e que achamos que é uma contribuição importante. Não é a partir de uma pesquisa acadêmica, de um olhar de alguém que foi lá fazer um relatório, uma visita, é de quem está lá no dia-a-dia, vivendo os problemas, tentando encontrar saídas. Inclusive eu acho que, para as organizações da sociedade civil, esse é um debate novo, não é algo claro ainda para todo mundo. Acho que a gente tem contribuído nesse sentido.

**Democracia Viva – Como você avalia a questão quilombola no governo Lula?**

**Givânia** – Para avaliar o governo Lula é preciso fazer algumas considerações do que foi o governo Fernando Henrique. Passamos oito anos tentando mostrar que existiam comunidades quilombolas. No dia 13 de maio de 2002, com o aval da Fundação Cultural Palmares, o governo de FHC vetou, na íntegra, um projeto que reconhecia as terras quilombolas. Era um texto muito mal escrito, horroroso, mas era um primeiro passo.

No governo Lula, começamos um novo debate. Começamos a dialogar com o governo ainda na transição. Tivemos duas reuniões durante a transição para pautar essa história e disso o que restou foi a criação de um grupo de trabalho, do qual fizeram parte eu e outras lideranças no Brasil: o Ivo, do Maranhão; o Silvano, do Pará; a Gonçalves, do Mato Grosso; o Ronaldo, do Rio; o Oriel, de São Paulo; e o Potássio, do Rio Grande do Sul. Com esse grupo de trabalho (GT), construímos o Decreto 4.887, que foi sancionado pelo governo no dia 20 de novembro de 2003.

A partir disso é que começou a existir uma política mais desenhada para a questão dos quilombos. O desenho ainda não está bom, mas é alguma coisa, pelo menos temos uma política. O que está sendo muito complicado é a implementação desse decreto e das outras ações. Percebo que há muita fragmentação, há muito recorte no sentido de fazer coisas e não encerrar o foco, a garantia da terra. Não temos um saldo muito bom, esperamos que seja esse um dos debates da conferência sobre igualdade racial. Foram tituladas apenas três comunidades no Pará, não foi nenhuma das comunidades que listamos como prioritárias, que são as que têm conflitos atuais: no Rio de Janeiro, Marambaia; no Maranhão, Alcântara; e no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Morro Alto. Enfim, não temos um saldo tão bom, esperamos que dê tempo de melhorar alguns indicadores que, para nós, não são satisfatórios.

**Democracia Viva – Você diz que o saldo não foi bom, mas seu relato não mostra uma maior participação?**

**Givânia** – Sem dúvida. Na Conaq, temos representação em grande parte dos conselhos e espaços políticos. Nossa participação aumentou e conseguimos gerar uma política. O que falta é a parte do Estado, é a questão da operacionalização. Por exemplo,

temos representação no GT de Educação, no Conselho de Desenvolvimento Sustentável, assento no GT de Infra-estrutura, no Conselho da Mulher etc. Houve, sim, um crescimento qualificado da nossa participação no governo.

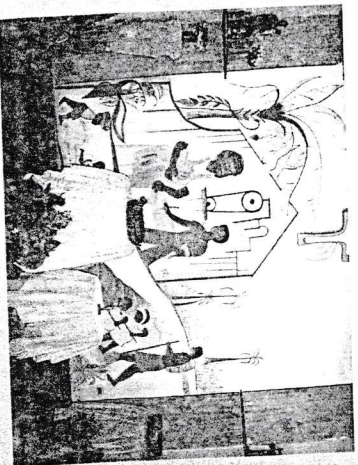
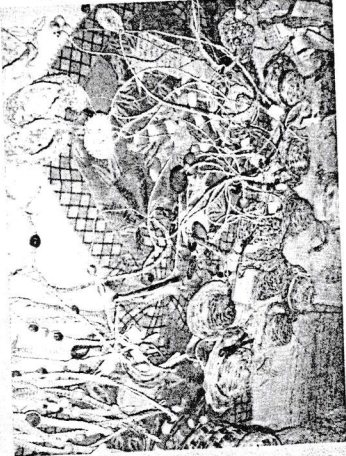
Na nossa luta, passamos oito anos explicando o que são as comunidades tradicionais, e as pessoas não conseguiam compreender. Agora, estamos há dois anos e meio explicando, e outras pessoas também não conseguem compreender. Estão sempre querendo nos colocar dentro de um modelo que está na cabeça deles, na lógica deles. Não conseguem compreender que as coisas podem acontecer, mas não por aquela lógica que está pensada há 500 anos. Essa é uma dificuldade real. É um modelo na cabeça das pessoas. Ou se pensa uma forma de flexibilizar isso, ou estaremos fora. Os conceitos deles estão formados, tem muita coisa para ser quebrada, é uma mudança radical de paradigma. O Estado nunca pensou nada para nós mesmos. Nós somos excluídos desse Estado que está aí, não há nada, não há política nenhuma, não há lei nenhuma, não há quase indicador nenhum que fale da gente. Como poderemos querer estar dentro de um negócio em que não existimos?

O nosso grande desafio, não só com o governo Lula, é dizer a esse Brasil – que ajudamos a fazer – que existimos. Essa é a grande comunicação que temos a fazer. E dizer que existe significa fazer com que as ações voltadas para esses grupos sejam pauta das decisões políticas, e não ações fragmentadas. ■

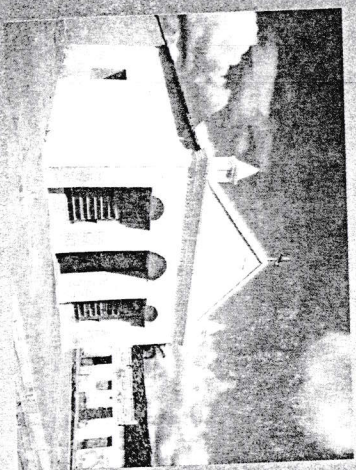
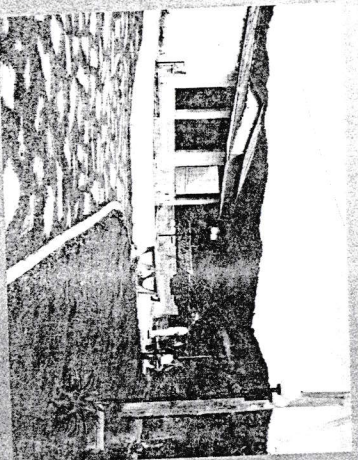
**Participaram desta entrevista:** Janaina Jatobá, coordenadora do Programa de Mobilização de Recursos da Oxfam-GB; Márcia Laranjeira, coordenadora de Comunicação do SOS Corpo; e Rosângela Bueno, assistente de Relações Institucionais do Ibase

Para avaliar o governo Lula é preciso fazer considerações do que foi o governo Fernando Henrique. Passamos oito anos tentando mostrar que existiam comunidades quilombolas. Agora, começamos um novo debate

FOTOS: ARQUIVO IBASE



# Da África para o Brasil



# OS

O Artigo 68 da Constituição Federal obriga o Estado a reconhecer, regularizar e titular os territórios quilombolas de todo o Brasil – sua inclusão foi fruto da pressão exercida por lideranças quilombolas de todo o país durante o processo constituinte em 1988. Mas ainda falta um bocado para tal direito ser garantido de fato a essas populações. Segundo levantamento realizado pela Universidade de Brasília (UnB) e divulgado em maio, das 2.228 comunidades reconhecidas como quilombolas pelo governo federal, apenas 70 possuem registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O número total em si já é uma polêmica, pois a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) avalia que existam cerca de 4 mil comunidades no Brasil. Do que foi levantado pela UnB, grande parte dessas terras concentra-se na região Nordeste, são 1,4 mil territórios. Maranhão, com 642 comunidades, está em primeiro lugar; seguido da Bahia, com 396; e Pará, com 294. Para esta edição, a equipe da revista *Democracia Viva* visitou três dessas comunidades: Conceição das Crioulas, em Pernambuco; Ivaporunduva, em São Paulo; e São José da Serra, no Rio de Janeiro. O resultado desses encontros você confere nas páginas seguintes.

